



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0197893-2

COMARCA: Caruaru – 4ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Bruna Cristina da Silva
PACIENTE: Bruna Cristina da Silva
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

198

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO STJ. PREENCHIDO OS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP.

1. No caso concreto presente, vê-se demonstrada a necessidade da manutenção da custódia cautelar da Paciente, vez que foi encontrado em seu poder 22 (vinte e duas) pedras de "crack", além da importância de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), demonstrando assim, a periculosidade da paciente, e o preenchimento dos requisitos legais para a manutenção da sua prisão, nos termos do art. 312, do CPP.

2. Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

3. O processo encontra-se com a Instrução Criminal encerrada, ficando superado o alegado excesso de prazo, a teor da Súmula nº 52 do STJ.

4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

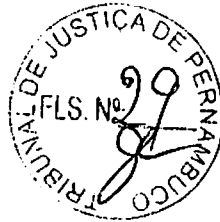
Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0197893-2, no qual figura como parte as acima nomeadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 06 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0197893-2

COMARCA: Caruaru – 4ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Bruna Cristina da Silva
PACIENTE: Bruna Cristina da Silva
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

199

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório com pedido de liminar, impetrado por **BRUNA CRISTINA DA SILVA**, em seu próprio favor, qualificada às fls. 02, apontando como autoridade coatora o **JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE CARUARU - PE**, em face do constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, ante ao excesso de prazo na conclusão da Instrução Criminal, com fulcro no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal c/c art. 647, do Código de Processo Penal.

Sustenta a impetrante/paciente que está presa desde **28/03/2009**, recolhida na Colônia Penal de Buíque, respondendo ao **Processo-crime nº 213.2009.001906-6**, sem sequer, até a data da impetração, ter sido convocada para audiência. Aduz que está configurado o excesso de prazo, estando presa há mais tempo que deveria, sem ter uma resposta Estatal, e sem direito de ser julgada em tempo razoável, conforme garante a Constituição Federal. Para tanto, afirma ainda possuir condições pessoais favoráveis para que possa aguardar o julgamento do seu processo em liberdade.

Anexos aos autos vieram os documentos de fls. 04/05.

Não foi colacionada aos autos cópia da Denúncia, nem pela impetrante/paciente e nem pela autoridade coatora, não constando nos autos, de forma expressa, a tipificação legal em que foi incursa a paciente.

Em continuidade, **indeferi** o pedido de liminar (fls. 12) e **oficiei** o M.M. Juízo singular para prestar informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls. 13).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



200

Em 08/10/2009, através de ofício nº 63/2009 (fls.16/17) foram prestadas informações atualizadas pela autoridade dita coatora.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, pugnou pela **denegação** da ordem (fls. 21/22).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



201

HABEAS CORPUS Nº 0197893-2

COMARCA: Caruaru – 4ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Bruna Cristina da Silva
PACIENTE: Bruna Cristina da Silva
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado sob a alegação de constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, ante ao injustificável excesso de prazo na conclusão da Instrução Criminal e na manutenção da custódia cautelar pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Caruaru/PE, ora autoridade coatora.

Argumenta a impetrante/paciente que está presa desde **28/03/2009**, recolhida na Colônia Penal de Buíque, respondendo ao **Processo-crime nº 213.2009.001906-6**, sem sequer, até a data da impetração, ter sido convocada para audiência. Aduz que está configurado o excesso de prazo, estando presa há mais tempo que deveria, sem ter uma resposta Estatal, e sem direito de ser julgada em tempo razoável, conforme garante a Constituição Federal. Para tanto, afirma ainda possuir condições pessoais favoráveis para que possa aguardar o julgamento do seu processo em liberdade.

O Juiz monocrático, em suas informações, relata que no dia 28 de março de 2009, policiais militares flagraram a acusada comercializando substância entorpecente, conhecida como "crack", no interior de sua casa, sendo apreendida em poder da acusada 22 (vinte e duas) pedras de "crack", e a quantia de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) em espécie, além de duas maricas e uma lata, materiais que são utilizados para o consumo da droga.

Informa ainda que o processo originário foi remetido ao Mutirão Carcerário, tendo o Juiz singular entendido que é descabido a concessão de Liberdade Provisória na hipótese de acusação por tráfico de drogas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



202

A douta Procuradoria de Justiça, nesta Instância, através de seu parecer (fls. 21/22), opinou pela **denegação da ordem**, visto que no dia 09/10/2009 foi realizada e concluída a audiência de instrução e julgamento, estando o processo com vistas às partes para apresentação das Alegações Finais, para tanto colacionou documentos extraídos do *sítio* eletrônico do Tribunal de Justiça de fls. 23/24.

Diante das informações do Togado Monocrático, também, em consulta ao *sítio* eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, constato que na data de 28/08/2009, a presente Ação Penal, no tocante ao pedido de Liberdade Provisória, foi reavaliada pelo Mutirão Judicial do Sistema Carcerário, tendo o Magistrado, em sua decisão, indeferido o pedido, conforme extrato que faço juntar em 02 (duas) laudas.

Ressalta-se que na referida decisão proferida no Mutirão Judicial do Sistema Carcerário, o Magistrado afirma ser "*descabida a concessão de liberdade provisória na hipótese de acusação de tráfico de drogas*", aplicando a restrição contida no artigo 44 da Lei nº11.343/2006.

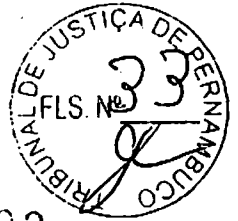
Data maxima venia, discordamos.

A Lei dos Crimes Hediondos, com as modificações trazidas pela Lei nº11.464/07, que a livrou das suas **gritantes inconstitucionalidades**, é, por essência, **especial**, em relação a todo o universo de crimes catalogados no Código Penal e na Legislação Extravagante. E é **especial**, aliás **especialíssima**, como ensina EUGENIO PACELLI, em relação à Lei de Drogas (Lei 11.343/06), pois continua a se referir, expressamente, aos crimes de tráfico de entorpecentes. A hermenêutica do concurso aparente de normas é bem simples: a lei posterior revoga a lei anterior, naquilo em que forem incompatíveis.

É nesta linha que a Sexta Turma do STJ vem decidindo, afirmando-se que, com o advento da Lei 11.464/07, que alterou a redação da Lei dos Crimes Hediondos, tornou-se possível a concessão de liberdade provisória aos crimes hediondos e equiparados, nas hipóteses em que não estiverem preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP. Há decisão neste sentido no *Habeas Corpus* nº 67.451-SP, relatado pelo Ministro OG FERNANDES, em 18 de novembro de 2008.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



203

O texto constitucional não autoriza a prisão *ex lege*, ou seja, a custódia obrigatória, em face do princípio da presunção da inocência (art. 5º, LVII, da CF) e da obrigatoriedade de fundamentação dos mandados de prisão da autoridade judiciária competente (art. 5º, LXI, da CF). A prisão obrigatória, de resto, fere os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LV, da CF), que abrigam um conjunto de direitos e faculdades que pode ser exercido em todas as instâncias jurisdicionais até a exaustão, como afirmou o Min. Ricardo Lewandowski, relator da ADIn 3.112-1, no STF, no julgamento onde foi declarada a inconstitucionalidade do art. 21 da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), uma norma que estabelecia os crimes dos arts. 16, 17 e 18, do Estatuto, como insuscetíveis de liberdade provisória. Não se afasta a possibilidade do Juiz, presentes os motivos que recomendam a prisão, decretar, justificadamente, a custódia cautelar. O que não se admite, repita-se, é uma prisão obrigatória, automática, sem motivação.

No caso concreto presente, no meu entendimento, vê-se demonstrada a necessidade da manutenção da custódia cautelar da Paciente, vez que foi encontrado em poder da acusada **22 (vinte e duas) pedras de "crack"**, além da importância de **R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)**, de acordo com as informações do Juízo Singular (fls. 16), **demonstrando assim, a periculosidade da paciente, e o preenchimento dos requisitos legais para a manutenção da sua prisão, nos termos do art. 312, do CPP.**

Desta forma, privilegiando-se o **Princípio da Confiança** no Juiz, tem-se suficientemente fundamentado o decreto prisional.

Nesse sentido, trago à colação entendimento jurisprudencial:

"STF: Prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não porém, ao decidir se decreta, ou não, a custódia preventiva" (RTJ 64/77)".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Ademais, em relação ao alegado excesso de prazo, ante a demora na conclusão da Instrução Criminal, não existe razão à Defesa. Conforme ressaltado pela Procuradoria de Justiça (fls. 21/22), tal alegação, resta superada, vez que, no dia 09/10/2009 (documento em anexo) foi encerrada a Instrução Criminal, estando o processo originário no aguardo da apresentação das Alegações Finais pelas partes. *In casu*, aplica-se a Súmula nº52 do STJ: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Em nova consulta ao *sítio* eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, verifiquei que o processo originário está concluso para Sentença, não podendo se falar em excesso de prazo, conforme extrato que faço juntar em 02 (duas) laudas.

Como se sabe, os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso. É o que se compila da jurisprudência pátria:

STJ: "Ainda que a lei processual estabeleça prazos mínimos para o encarceramento da formação da culpa na hipótese de ação penal em que são denunciados réus sob custódia preventiva, a ultrapassagem desse prazo não constitui constrangimento ilegal, nos casos em que o processo, pelas suas peculiaridades, revela acentuada complexidade, seja pela pluralidade de réus, seja em face da colheita de provas" (RT 764/504).

A Acusada ainda argumenta ser primária, como condições subjetivas favoráveis à concessão da ordem para que tenha o direito de responder ao processo em liberdade. Salienta-se que a impetrante/paciente não colaciona quaisquer documentos comprobatórios do seu alegado. Todavia, o fato da paciente ser, tecnicamente, primária não impede a manutenção da sua custódia. Conforme se infere da Jurisprudência:

"O fato de o agente ter residência fixa, família constituída, ocupação lícita e ser primário, não impede que sua prisão preventiva seja decretada, uma vez que presentes os indícios suficientes da existência do crime e de sua autoria, bem como os requisitos da garantia da ordem pública,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



205

conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei penal". (RJDTACRIM 30/354).

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douda Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife/PE, 06 de Janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator